

No movimento também tem educação: perspectivas emancipatórias da luta antirracista

Valdenia Guimarães e Silva Menegon¹
Sâmia Valéria Nascimento de Oliveira²
Geicyele Quézia Silva Dourado³

RESUMO

Nos últimos três anos toda a humanidade vivenciou o poder de uma pandemia, que afetou todos os países e povos e deixou marcas indelévelis. No que se refere à realidade brasileira, a pandemia da Covid-19 afetou de formas diferentes os grupos sociais e raciais, escancarando, assim, a desigualdade racial e social do País. No campo da educação, os dados indicam a ampliação do abandono e evasão escolar, cujos números estão mais próximos de populações que residem em territórios marcados pela pobreza. Este artigo é um estudo de caso que tem como foco a análise do trabalho educacional desenvolvido pela UNEGRO/Caxias no Maranhão, entre os anos de 2020 e 2022. O objetivo do artigo é analisar como a Unegro/Caxias, movimento social, estruturou um planejamento de formação que perpassa assuntos relativos ao enfrentamento ao racismo e à valorização da história e da memória dos povos africanos do continente ou em diáspora, garantindo a discussão sobre a questão racial no Brasil. A pesquisa apontou que a entidade possui uma rede

¹ Doutora em História-PPGH/UNISINOS. Gestora escolar na SEDUC-MA. Professora na SEMECTI/Caxias-MA. Presidenta de honra do Instituto Valdenia Menegon. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0326-3944>. E-mail: valdeniasilvas@gmail.com.

² Mestranda do Mestrado Acadêmico em Educação – UNIR; UNIR. Pesquisadora em Produtividade do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9696-3818>. E-mail: samia.olivei@gmail.com .

³ Acadêmica de Serviço Social do UniFacema. Presidenta do Instituto Valdenia Menegon. Pesquisadora em Produtividade do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2785-9216>. E-mail: queziadourado6@gmail.com.

de contatos que incide diretamente sobre o sucesso da sua empreitada educacional.

Palavras-chave: movimento negro; educação; UNEGRO/Caxias-MA.

There is also education in the movement: emancipatory perspectives of the anti-racist struggle

ABSTRACT

In the last three years, all of humanity has experienced the power of a pandemic, which has affected all countries and peoples and left indelible marks. With regard to the Brazilian reality, the Covid-19 pandemic affected social and racial groups in different ways, thus exposing the country's racial and social inequality. In the field of education, data indicates the increase in abandonment and evasion school, whose numbers are closer to populations residing in territories marked by poverty. This article is a case study that focuses on the analysis of the educational work developed by UNEGRO/Caxias in Maranhão, between the years 2020 and 2022. The objective of the article is to analyze how Unegro/Caxias, a social movement, structured planning training that covers issues related to confronting racism and valuing the history and memory of African people on the continent or in the diaspora, ensuring discussion on the racial issue in Brazil. The research showed that the entity has a network of contacts that directly influence the success of its educational endeavor.

Keywords: black movement; education; UNEGRO/Caxias-MA.

También hay educación en el movimiento: perspectivas emancipatorias de la lucha antirracista

RESUMEN

En los últimos tres años, toda la humanidad ha experimentado el poder de una pandemia, que ha afectado a todos los países y pueblos y ha dejado huellas imborrables. Respecto a la realidad brasileña, la pandemia de Covid-19 afectó de diferentes maneras a grupos sociales y raciales, exponiendo así la desigualdad racial y social del país. En el campo de la educación, los datos indican el aumento del abandono y la evasión escolar, cuyos números se acercan más a las poblaciones que residen en territorios marcados por la pobreza. Este artículo es un estudio de caso que se centra en el análisis del trabajo educativo desarrollado por UNEGRO/Caxias en Maranhão, entre los años 2020 y 2022. El objetivo del artículo es analizar cómo Unegro/Caxias, un movimiento social, estructuró la planificación de la formación que cubre cuestiones relacionadas con el enfrentamiento al racismo y la valoración de la historia y la memoria de los africanos en el continente o en la diáspora, asegurando la discusión sobre la cuestión racial en Brasil. La investigación demostró que la entidad cuenta con una red de contactos que influyen directamente en el éxito de su quehacer educativo.

Palabras clave: movimiento negro; educación; UNEGRO/Caxias-MA.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, toda a humanidade vivenciou o poder de uma pandemia que deixou marcas indeléveis sobre a humanidade, afetando todos os países e povos. Na realidade brasileira, a pandemia da Covid-19 escancarou a desigualdade racial e social. Uma das grandes discussões impetrada pelo Movimento Negro e por intelectuais é a de que a pandemia afetou de forma desigual negros, quilombolas, brancos, indígenas, entre outros grupos

étnico-raciais. O racismo, como sistema, transforma pessoas negras e indígenas em alvos, o que foi intensificado nos últimos anos sob diversos formatos⁴. Além de tiros e balas perdidas que só encontram corpos pretos, a violência simbólica, a falta de acesso à saúde, à educação e a outras políticas públicas também ceifam vidas.

Em uma perspectiva educacional emancipatória, a prática pedagógica é compreendida como um processo de transmissão de conhecimento, mas, também de valores, de saber social, e sua centralidade se pauta nas ações desenvolvidas por todos os profissionais da educação, quais sejam professores, gestores, auxiliares, equipe de limpeza, de merenda e de segurança, tendo como foco principal os estudantes e a diversidade das famílias que compõem a escola, assim como instituições ligadas à sociedade civil organizada territorialmente, assentadas na comunidade em que a escola se localiza.

Enquanto o processo educacional não se desenvolver nesses moldes, ocorrerá o inverso, isto é, a negação do outro como sujeito produtor de conhecimento, e a escola será um não lugar para aqueles corpos não-cêntricos, os que estão fora da norma: negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+. Os índices de evasão e abandono apontam a existência mesmo de um projeto de exclusão dessas populações dos processos de conhecimentos formais.

No caso específico da população negra, a pauta reivindicatória do Movimento exerceu forte influência sobre a legislação vigente nos espaços escolares, assim como também faz indicações de como elaborar uma pedagogia que dê conta de valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana, além de articular ações de nível educacional no que tange à educação de relações étnico-raciais a partir de um currículo plural e capaz de

⁴ No governo Bolsonaro, várias foram as ações que culminaram no desmonte de políticas públicas, já consolidadas, como o esvaziamento dos recursos da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, o modo como a Fundação Cultural Palmares foi utilizada para atacar a história e a memória de lideranças negras e o movimento negro, a intensificação do genocídio da população negra, atingindo mais fortemente os jovens negros, assim como a intensificação da mineração em área de preservação em terras indígenas, os descasos com a saúde dos povos Yanomamis, com os quilombolas e povos ribeirinhos.

garantir “[...] direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (Brasil, 2004b, p. 09).

No entanto, há que se reconhecer que a educação não se constrói apenas nos espaços formais. Ela se processa de diversas formas e em diversos lugares de saberes, como no quilombo, na escola de samba, nos terreiros e no movimento. A máxima de que “é na luta que a gente se encontra” se constitui como uma realidade presente nos diversos movimentos sociais existentes no território brasileiro, formando um conjunto de expressões da organização popular, a partir de demandas específicas de grupos sociais.

O presente artigo trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo analisar a contribuição do movimento social denominado UNEGRO/Caxias no Maranhão para o processo de formação dos seus membros e da sociedade em geral, por meio de encontros presenciais e lives organizadas em plataformas digitais, como o Instagram e Youtube, ocorridos entre 2019 a 2021. Estudo de caso é uma metodologia de pesquisa que busca estudar um tema específico, o que permite aprofundar o conhecimento sobre a temática em questão e contribuir para análises futuras. No presente artigo, o objetivo é analisar como a Unegro/Caxias estruturou um planejamento de formação que perpassa assuntos relativos ao enfrentamento ao racismo e à valorização da história e da memória dos povos africanos do continente ou em diáspora, garantindo a discussão sobre a questão racial no Brasil.

O trabalho de estudo de caso foi assim organizado metodologicamente: a) delimitação da pesquisa; b) geração de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório final. Desse modo, foram relevantes o estudo do próprio Estatuto Social da Entidade e do Projeto de Formação da UNEGRO/Caxias, que incluía o “Gira de Estudos Africanos e Africanidades”, elaborado e liderado pela Diretoria de Direitos Humanos e Formação Política da entidade, assim como suas atas de reuniões e suas redes sociais.

Para além da Gira de Estudos, a entidade, em parceria com outros movimentos, representantes do poder público e de estudiosos de diferentes áreas de saberes, realizou, ao longo do

período analisado, uma série de lives, cujo objetivo era fomentar o debate sobre a questão racial e despertar a necessidade de ampliação dos estudos de autores e autoras negras do Brasil e de outros países. O foco que se levantou nos debates era o da necessidade de que houvesse, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004a), a valorização da nossa história, cultura e identidade, cujo teor final se revertia no enfrentamento ao racismo e à discriminação.

Compreendendo que os processos educacionais se efetivam para além dos muros escolares, o Movimento Negro tem efetivamente contribuído para o debate acerca de temas caros à população negra brasileira, fazendo, muitas vezes o papel que deveria ser da escola, na medida em que traz para o debate temáticas elencadas como obrigatórias pela própria legislação brasileira e efetiva, em seus espaços e territórios, aquilo que é destacado na Lei n. 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas e privadas, em todo o território nacional (Brasil, 2003), bem como da Lei 11.645/08, que incluiu a história e a cultura indígena⁵.

O artigo está dividido em seções: uma parte introdutória, seguida dos tópicos relativos aos dados sobre desigualdade social e racial no Brasil, ao papel do movimento negro na educação, ao caso da UNEGRO/Caxias no Maranhão. Por fim, fazem-se as considerações finais da análise. Em cada seção, busca-se alinhar o pensamento com autores e autoras negras que discutem educação e a questão racial.

A REALIDADE BRASILEIRA E AS DESIGUALDADES RACIAIS

De fato, os números divulgados na pandemia da Covid-19 apresentam uma distorção entre as mortes provocadas pelo vírus e

⁵ Relevante destacar que o presente trabalho destaca a Lei 10.639/2008 por essa ser uma conquista histórica do Movimento Negro, assim como pelo fato de que ela incluiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra em alusão a Zumbi dos Palmares. Ao tempo em que reafirma a necessidade da valorização da Lei n. 11.645/2008.

as populações que mais morreram naquele contexto⁶. No campo da educação, os dados indicam a ampliação do abandono e evasão escolar, cujos números estão mais próximos de populações que residem em territórios marcados pela pobreza. No Brasil, a pobreza tem cor, e ela é preta.

No que tange aos processos educacionais estabelecidos pela escola formal, é relevante destacar que o planejamento e o currículo são constituídos por intencionalidades. Nada é feito de forma aleatória. Exemplo disso é o arcabouço teórico e metodológico do projeto do Novo Ensino Médio, que prioriza a matemática financeira, tentando ensinar estudantes a sobreviverem com o que têm, em vez de valorizar a Filosofia, a História e a Sociologia, que os fazem compreender como o Capitalismo atua em nossas vidas e o que os faz ganhar tão pouco, além de explicar a origem da riqueza e, conseqüentemente, da pobreza.

No caso específico da educação formal, há intencionalidade pedagógica (não se ensina despreziosamente - o ato educativo é planejado) e há sistematicidade dos conteúdos a serem socializados, ou seja, existe um currículo, que também é intencional e reflete um projeto histórico assumido por suas pessoas mentoras (Pinheiro, 2023, p. 22).

⁶ De acordo com a Agência de Notícias do IBGE, em matéria publicada em 28 de janeiro de 2022, homens negros (formado por pretos e pardos), foram os que mais morreram em decorrência da Covid-19 no ano de 2020. Importante frisar que entre homens com mais de 70 anos, os casos notificados apontaram um número maior de homens brancos, no entanto, o próprio IBGE, alerta para o fato de que isso pode se dever à subnotificação dos casos e ao fato de que homens negros têm menor expectativa de vida. Desse modo, "Em todas as idades, homens pretos e pardos foram as principais vítimas da Covid-19 (28,7% das pessoas com identificação de cor ou raça), morreram mais que os brancos (28,4%). Por outro lado, ocorreram mais mortes de mulheres brancas (22,4%) do que pretas e pardas (20,4%)" (IBGE, 2022). Do mesmo modo, a pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas e inserida no Projeto Desigualdades na Educação Brasileira: ressignificação do abandono escolar no contexto de pandemia, apontou que: "[...] o abandono escolar tem sexo e cor, afetando principalmente os meninos negros. Dentre o 1,2 milhão de estudantes de 11 a 14 anos que não receberam atividades escolares em casa durante a pandemia, 40,6% são negros. Os dados também apontam que eles somam 45% do total de alunos que não frequentaram a escola no período (Fundação Carlos Chagas, 2020).

Mecanismos de controle, tais como engessamento do currículo, eurocentrismo, epistemicídio, reprodução de conteúdos ultrapassados, hegemônicos e alinhados a uma realidade distante das vidas dos estudantes, são utilizados para engendrar esse projeto, que também se manifesta como forma de controle dos grupos subalternizados. A educação tanto representa um projeto emancipatório, quanto pode ter como ponto base a manutenção das desigualdades. Em uma sociedade colonialista, grupos são "adestrados", têm suas identidades removidas, modos de vidas alheios são inferiorizados ou descartados, e territórios são dominados.

Os dados oficiais têm demonstrado um agravamento da questão social e racial no país. A pandemia apenas reforçou as desigualdades que já existiam, precarizou ainda mais as relações de trabalho e ampliou a pobreza. De acordo com o informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil" (IBGE, 2019), no Brasil, entre os 10% com maior rendimento per capita, brancos correspondem a 70,6%, enquanto os negros são 27,7%. Já entre os 10% mais pobres, a realidade se inverte: 75,2% são negros, e 23,7% são brancos.

A crescente concentração de renda e riqueza amplia a pobreza, afasta as populações mais pobres do acesso a bens produzidos pela humanidade, assim como dos serviços de saúde e educação, além de encaminhá-las para a criminalidade ou para condições subumanas de trabalho e existência.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem 919.393 pessoas privadas de liberdade. Em abril de 2020, eram 858.195 pessoas presas (CNJ, 2021). Conforme o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que traz dados de 2018 e 2019, o percentual de pessoas negras (pretas e pardas) no sistema prisional brasileiro é de 68,7%. O encarceramento promove uma espécie de segregação racial não formalizada, mas existente.

Outro dado relevante diz respeito aos assassinatos. O Atlas da Violência (2022) mostra que 76,2% das pessoas assassinadas no Brasil, em 2020, eram negras. Em uma década, foram assassinadas 405.811 pessoas negras. 75,8% das vítimas de homicídio, 64,3% das vítimas de latrocínio, 75,5% das vítimas de lesão corporal seguida de

morte eram pessoas negras. Entre 2009 e 2019, o número de negros mortos subiu 1,6%, enquanto o número de não negros baixou 33%. O percentual de mulheres negras assassinadas subiu para 2%, e o assassinato de mulheres não negras baixou para 26,9%. As estatísticas reafirmam a permanente estrutura racial da sociedade brasileira.

A chance de um negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,6 vezes maior do que a de um não negro. A taxa de mortalidade de negros é de 29,2 por 100 mil, e a taxa de mortalidade de não negros é de 11,2 por 100 mil. Isso significa que, a cada 23 minutos, um jovem é assassinado no Brasil. Pessoas negras representam 62,7% dos policiais assassinados e 78,9% das vítimas de intervenções policiais. Crianças vítimas da violência letal são majoritariamente negras, 63% entre aquelas de 0 a 9 anos e 81% entre adolescentes de 15 a 19 anos. 61,8% das vítimas de feminicídio, em 2020, eram negras.

O Anuário de Segurança Pública aponta, por faixa etária e raça/cor, que, entre as crianças e adolescentes vítimas de mortes violentas, 66,3% são negras, 31,3% são brancas, e 2,4% pertencem a outro entre a população de 0 a 11 anos. Em relação às crianças e adolescentes de 12 a 17 anos, 83,6% são negras, 15,9% são brancas, e 0,5% estão entre outros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Os dados acima nos remetem ao que Morrison (2017) destaca ao afirmar que “a raça tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle” (p. 11-12). Nesse sentido, apontamos o sentido de que a raça alicerça toda a sociedade, define lugares, aponta a construção de currículos e planejamentos na educação e embasa o mercado de trabalho, a política, a mídia, a religiosidade, as estatísticas, a ciência e até os afetos.

E a escola, como fica em meio a toda essa estrutura? Muitas vezes, a escola, como espaço de reprodução e difusão de saberes, reproduz estereótipos, estimula crenças baseadas em preconceitos, contribui para arruinar a autoestima de estudantes e alimenta o racismo, a misoginia e outras formas de discriminação. Em muitas situações, crianças e adolescente negros se sentem compelidos a não revelar suas crenças e seus corpos e esquecer sua própria história. As reflexões deixadas pelo Parecer 03/CNE/CP/2004, apontam para a

necessidade de que a escola se perceba como responsável por estruturar em suas instâncias “[...] estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino”. É assim que Cavalleiro (2001) define o que ocorre no processo subjetivo engendrado no espaço escolar:

[...] outras crianças assumem uma posição chamada em inglês, *racelessness* (decomposição racial). Essas crianças abandonam sua tradição cultural ou étnica e se vêem forçadas a usar uma postura e atitude esbranquiçada para ser bem sucedida e ter acesso ao grande desejo de “subir na vida” e alcançar assim o objetivo desejado ou o mais próximo do desejado (p. 74).

A escola, muitas vezes, proporciona um deixar de ser. Estimula o embranquecimento por meio de práticas de exclusão. Meninos e meninas negras dificilmente são chamados como protagonistas para as apresentações em comemorações que constam no Calendário Escolar, têm seus corpos vitimados pelo racismo e veem sua comunidade e a história do seu povo esquecidas. Essa realidade contribui para a alta taxa de abandono e evasão escolar. O chamado fracasso escolar contribui para a ampliação de outras mazelas, como o subemprego, ampliação do tráfico e da prostituição. Não podemos esquecer que quando a escola falha, toda a sociedade é perversamente atingida. Quando o espaço escolar expulsa estudantes negros, o que resta a essas vidas é o encarceramento ou o genocídio.

A exclusão de meninos e meninas negras dos espaços escolares coaduna com a ampliação do epistemicídio, apagamento da memória e da história de povos. Morrison (2019) denomina esse processo de Outremização, quando o outro é inferiorizado, desumanizado e aquele que o desumaniza é o dito normal, universal. Assim, os outros são apenas isso: outros. No campo da educação, Sueli Carneiro (2023, p. 308) chama a atenção para esse processo.

[...] o epistemicídio permite analisar a construção do Outro como não ser do saber e do conhecimento, seus nexos com o contexto da modernidade ocidental, na sua intersecção com o experimento colonial que se desdobra até o presente no campo do conhecimento, em instrumento de afirmação cultural e racial do Ocidente.

Outro ponto que necessita ser destacado é o avanço da violência impetrada contra as instituições de educação. No final de 2022, quatro pessoas morreram, e 13 ficaram feridas em invasão à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primo Bitti e ao Centro Educacional Praia de Coqueiral (CEPC), instituição particular na cidade de Aracruz, no Norte do Espírito Santo⁷. Na ocasião, quatro pessoas foram assassinadas e uma dezena ficou ferida. O ataque foi perpetrado por um aluno branco, de 16 anos, filho de um policial militar, cuja arma, pertencente ao Estado, estava em seu poder. O assassino estava matriculado em uma das unidades de ensino.

No dia 28 de março de 2023, um jovem de 17 (dezessete) anos, entrou atirando em uma escola na zona rural do município de Caxias-MA do qual foi aluno. No último dia 05 de abril, uma creche em Blumenau-SC foi atacada por um homem, o que culminou no assassinato de 4 crianças e deixou outras feridas. Há um ano, em abril de 2022, um aluno de 10 anos ateou fogo em uma professora no município de Barra do Corda/MA (Menegon; Alves, 2023).

O que existe de comum nos ataques recentes às escolas é que a maioria tem sido impetrada por homens, jovens e brancos. Entre as vítimas, vale destacar, mulheres, profissionais da educação, mortas ou feridas, algumas, inclusive tentando salvar a vida de seus alunos/as. Os exemplos acima apontam para a vinculação entre racismo, misoginia e o uso da violência. A vitimização da escola indica que uma das principais instituições da sociedade está sendo vilipendiada enquanto seus profissionais são atacados de maneira constante.

Afora essa realidade, há que se destacar os altos índices negativos da educação no Brasil. De acordo com o Relatório

⁷Fonte: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/11/26/ataque-a-escolas-em-aracruz-o-que-falta-esclarecer.ghtml>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

divulgado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef⁸ e a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME⁹, atualmente mais de 330 mil crianças brasileiras de 4 e 5 anos não estão frequentando a pré-escola como deveriam. O mesmo Relatório aponta que a frequência escolar se distribui de maneira desigual nas regiões do País, senão veja-se: no Nordeste, 96,7% das crianças estão na pré-escola; no Sudeste, 95%; no Sul, 93,6%; no Centro-Oeste, 89,2%; e no Norte, 88,5%. Os dados apontam uma pequena vantagem da região Nordeste em relação às demais regiões, tendo o Norte o pior indicador. Algo relevante a ser destacado é que em todas as regiões do País, crianças negras e indígenas têm o menor acesso aos espaços escolares.

Crianças pretas, pardas e indígenas representam 91,9% na pré-escola, contra 93,5% das crianças brancas e amarelas. Jovens pobres, em sua maioria negros, obrigados a ingressar de forma precoce no mercado de trabalho. As meninas que engravidam compõem o grupo de maior risco à evasão escolar. A adolescência se apresenta como a fase mais complexa do problema da evasão escolar. De acordo com PNAD (2019), 7% da população entre 15 e 17 anos estava fora da escola.

Negros sofrem constantemente com a negação de suas filosofias, seu modo de sentir, pensar, educar, curar. Há um verdadeiro projeto de apagamento da história e das memórias e um processo de apropriação cultural muito forte sendo permanentemente engendrado. É necessária a adoção de políticas públicas e a articulação entre os diversos setores da sociedade para que o racismo seja enfrentado. Uma das estratégias inclui a formação de professores, gestores e demais profissionais da educação em letramento racial e a efetivação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

⁸ O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef é um órgão é uma agência ligada à Organização das Nações Unidas - ONU e tem como objetivo o fornecimento de recursos humanos e materiais para o auxílio a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social.

⁹ A União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME é uma associação civil sem fins lucrativos. O intuito do Órgão é melhorar a qualidade do ensino no País. Para saber mais, acessar o site da Instituição: <https://undime.org.br/>.

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO COMO ESPAÇO EDUCADOR E EMANCIPATÓRIO

Ao tratarmos sobre o Movimento Negro, precisamos compreender o quanto este movimento de resistência e de luta pela superação do racismo proporcionou oportunidades para que houvesse no Brasil uma discussão acerca da necessidade de efetivamente haver uma emancipação social e racial, que muito corroborou para a luta por direitos e políticas públicas que dialogassem com os saberes para igualdade racial.

Cabe destacar a força impetrada pelo movimento de mulheres negras e periféricas, com destaque para o feminismo negro, que traz para a pauta a situação de violência e expropriação a que a população negra tem sido submetida. Esse movimento emancipatório colaborou para que corpos até então invisibilizados, destituídos de sua humanidade ao serem transformados em coisas, pudessem ser percebidos como pessoas que sempre contribuíram de forma inovadora, com criatividade e legitimidade da sua ancestralidade. São os mesmos que foram vítimas da opressão e do apagamento sistematizado do Estado brasileiro, ações que contribuíram para o racismo estrutural presente até os dias atuais. As reivindicações do movimento de mulheres negras perpassam pelo enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à intolerância religiosa e à violência contra a mulher, além da busca permanente por direitos sociais (Ribeiro, 2022).

Quijano (2005) afirma que a modernidade não existe sem a colonialidade. É, portanto, impossível uma análise desses processos em separado e sem a discussão de conceitos como raça, já que a raça é processo fundante para a estruturação do moderno. A escravidão, baseada na ideia de racialidade, será alicerce de todo o projeto de domínio exercido pelas nações colonizadoras em relação aos territórios e povos conquistados. O tipo físico foi o marcador utilizado como mecanismo de diferenciação entre colonizador e colonizado. Nesse sentido,

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como

referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (p. 117).

Nós temos uma mente colonizada, e a colonização do conhecimento é um dos principais mecanismos utilizados pela supremacia branca para manter o domínio sobre povos não-brancos, como negros e indígenas, os povos originários. Essa colonização no âmbito do saber é originária de um longo processo de colonialidade, que, em permanente mutação, reproduz modos de nos relacionarmos com a natureza e lógicas sociais, econômicas, políticas, que foram projetadas no período colonial. Não que brancos se encontrem em salas fechadas planejando o extermínio dessas populações não-brancas, mas reativam, por meio da educação e de outros processos, a herança de seus ancestrais, efetivando o que Cardoso (2010, p. 611) denomina de branquitude acrítica, ou seja, aquela que “[...] não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos”.

O racismo se constitui como um “princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero e religiosas” (Grosfoguel, 2018). Esse sistema estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não o têm. Enquanto a população branca luta por melhores salários e condições de vida, negros e indígenas lutam pelo direito de viver. Essas populações ainda não conseguiram solidificar o direito à própria existência e vivem em uma espécie de *lumpen* constante, que provoca adoecimento e morte. Contrariando todo esse projeto supremacista branco, o movimento Negro tem se colocado na contramão, sendo compreendido como:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional,

político, social e cultural. Para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 102).

Toda a luta impetrada por negros e negras ao longo do tempo, desde a travessia do Atlântico, perdurando por mais de 500 anos, está presente na luta das mulheres negras e periféricas, dos quilombolas, do movimento negro, do povo de santo, dos jovens favelados, da estética e da arte negra, dos capoeiristas, dos inúmeros intelectuais, ativistas e políticos que ao longo dos anos construíram a resistência ao domínio branco.

Uma das frentes de trabalho do Movimento Negro no Brasil tem sido o da educação, seja ela por meio da propositura de leis que estejam em acordo com as demandas dessa população, seja pelo desenvolvimento de projetos que visem à formação ou educação voltada para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Vários são os cursinhos pré-vestibular espalhados pelo país que ofertam atendimento a esse grupo específico. Muitos, sem qualquer ajuda de instituições públicas e privadas. O Instituto Cultural Beneficente Steve Biko, localizado em Salvador, é um dos exemplos a destacar desse tipo de ativismo. Fundado em 1992, o Projeto criado por professores e estudantes negros e negras objetiva preparar estudantes negros para o Ensino Superior. Para Gomes (2017),

[...] Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica a democracia racial, gênero, Juventude, de ações afirmativas, igualdade racial, africanidade e saúde da população negra, educação das relações étnico raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde indagando inclusive, as produções das teorias raciais do século

É notório que a pauta do movimento negro não está unicamente relacionada à educação, mas já percebeu que através da educação e do letramento racial da sociedade que poderemos ganhar engajamento nessa luta que é de toda a sociedade brasileira? O Movimento Negro Educador é, portanto, um mecanismo sistematizado de saberes na produção de conhecimentos sobre a questão racial brasileira, que não só produz conhecimento científico e intelectual, mas também articula políticas de Estado voltadas para uma sistemática reparação histórica de povos que foram aliados do projeto emancipatório da sociedade brasileira.

Foi por meio do Movimento Negro que a Lei 12.711/2012 foi sancionada. Em 2022, quando completou dez anos, deveria ter passado por uma revisão, o que só se processou em 2023. Após intensos debates, a Lei passou por modificações que preveem a redução da renda, inclui estudantes quilombolas, modifica os critérios para preenchimento das vagas para cotistas, em que primeiro os estudantes devem concorrer às vagas da ampla concorrência e apenas se a nota não for suficiente para ingressar por meio desta modalidade, passarão a concorrer às vagas reservadas aos subgrupos nos quais se enquadram.

Ao ser ator do seu próprio protagonismo, o discurso do movimento negro ganha destaque, traz a sabedoria ancestral de volta à cena, deixa as marcas da história universal para trás. Assim, ocupa locais de fala nunca antes sonhados, emancipando sua participação social como liderança e não mais como subalternizado; exige não privilégios, mas, direito social para todos, todas e todes. Ao longo desses quinhentos anos de africanidade no Brasil, hoje se vê um Movimento Negro consolidado, aguerrido, resiliente que não foca somente nas conquistas, mas na sabedoria e resistência democrática.

Conforme Nilma Lino Gomes (2017), o Movimento Negro brasileiro “ressignificou e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora [...]”. Desta forma, podemos acreditar que as identidades étnico-raciais tomam para si um novo papel social e

passam a ter outra visibilidade. É o engrandecimento de um povo que sofreu e sofre o mito da democracia racial.

Esse debate fortalece o diálogo e traz consigo a filosofia da ancestralidade. Resgata valores e se firma como um processo conquistado a duras penas, demonstrando a resistência de um povo que teve sua trajetória atravessada pelo apagamento da sua história, epistemicídio da sua cultura e, por fim, subalternização, durante gerações, da sua condição intelectual pelo racismo. A insurgência intelectual do povo negro no Brasil vem ganhando destaque à medida que se admite que o racismo é uma questão estrutural e se manifesta repetidamente em todos os níveis sociais, nas relações de trabalho, mídia, esporte e, principalmente, na educação.

Ao se perceber parte desse movimento solidário e tomar consciência de todas as crenças criadas para sua invisibilidade, o ser negro estabelece seus próprios padrões de imagem, empodera-se da sua grandeza e do sentimento de pertencimento a uma raça forte, sábia e que preza a filosofia Ubuntu, a união, o existir por meio e pelo outro, valoriza a coletividade onde ninguém pode ser feliz sozinho.

No Ubuntu, a marca da natureza é uma unidade e, nessa perspectiva, o fundamental não é o EU, mas sim o NÓS. Contudo, não se trata de mera união física intencional e sim de entender que você precisa dos outros para ser você mesmo; É uma unidade pautada na essência por meio de uma cosmovisão unívoca, que um dissocia o EU do NÓS (Pinheiro, 2023, p. 92, grifo no original).

Ubuntu está em cada ser que compõe a comunidade, expressada como a unicidade entre aqueles/as que participam do movimento. As formas como essa sabedoria se consolida nos passos que cada membro é capaz de realizar a partir e pelo outro. Eu sou porque nós somos. Sozinho ninguém vai longe, mas juntos, somos muito mais fortes.

Essa discussão é profundamente marcada pela participação das mulheres negras e periféricas, inseridas no movimento negro e nos diversos movimentos feministas. São essas mulheres que erguerão seus corpos e vozes em prol de uma plataforma feminista, antirracista e anti-lgbtfóbica ao tecerem inúmeras críticas quanto à invisibilidade de suas pautas nos movimentos sociais, com destaque para os dois movimentos anteriormente citados. Atualmente, deve-

se destacar a importância do movimento de mulheres negras para a ampliação dos Movimentos Sociais, sobretudo o Movimento Negro.

A UNEGRO/CAXIAS E A EDUCAÇÃO COMO BASE DE TRABALHO

A UNEGRO/Caxias no Maranhão foi instituída em 10 de agosto de 2019, na sede do Memorial da Balaiada no município de Caxias/MA, contando com a presença de diretores da UNEGRO Nacional e Estadual. Após a sua organização, a primeira atividade concreta foi a roda de conversa para a discussão sobre o conceito de raça, a partir dos estudos do professor Kabengele Munanga, ainda no mês de agosto daquele ano. Em seguida, a entidade realizou seminário sobre a "Saúde Mental da População Negra", voltado para a comunidade estudantil e lideranças de movimentos sociais e que contou com a participação de professores e de pesquisadores das áreas de saúde e humanas.

A UNEGRO/Caxias em sua diretoria, entende que, do mesmo modo que a sociedade se moderniza, assim também o racismo e os seus efeitos caminham, avançam e tomam novas formas, perversas e veladas. Portanto, não há possibilidade de organização para combater o racismo sem ter a educação plural e antirracista como direcionamento, pois é a partir desse compromisso que mudanças na estrutura podem se tornar reais.

O sentido compreendido pelos membros da UNEGRO/Caxias se articula ao signo do Ubuntu alinhado ao de Sankofa¹⁰. É preciso ter um olhar sobre o passado para analisar o presente e construir o futuro. De acordo com seu Estatuto Social, a entidade tem como marcador o processo de formação continuada de sua diretoria e de seus membros, em uma permanente marcha no sentido de compreender os mecanismos pelos quais o racismo se alicerça e se

¹⁰ Sankofa é um símbolo pertencente à filosofia adinkra, presente entre os povos de língua akan da África Ocidental, nos territórios de Gana, Togo e Costa do Marfim. Basicamente se trata de um pássaro de duas cabeças, que tem um olho no passado e outro no futuro. Significa que para construir o futuro, devemos olhar o passado e analisar o presente.

reproduz, e como a educação pode ser um caminho emancipador para a população negra.

Desse modo, o Estatuto Social da UNEGRO/Caxias possui como mote:

“[...] incentivar e desenvolver em suas bases representativas atividades de educação política, cultural, ambiental, desportiva e recreativa, buscando estas duas últimas em parceria com Instituições de Ensino Superior, Conselhos de Entidades Profissionais e Conselhos de Direitos.” (ESTATUTO SOCIAL, Art. 3º, 2019, p. 05).

O trabalho desenvolvido pela UNEGRO/Caxias, ao longo dos últimos quatro anos, indica a aposta em um processo educador que discute a história do Movimento Negro, o modo como a sociedade brasileira se estrutura a partir de uma base racializada, e propõe, como alternativa para a superação do racismo, o modelo de quilombo como perspectiva para uma sociedade emancipadora.

Para a realização das atividades de formação, a entidade faz uso de uma extensa rede de contato com instituições da sociedade civil que atuam não apenas no Maranhão, mas em outros estados brasileiros como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rondônia, Piauí e Minas Gerais. O leque de pesquisadores/as que têm contato com a entidade torna possíveis as formações. Nesse sentido, destaca-se o contato com pesquisadores/as vinculados às Universidades Federais de Rondônia, Maranhão, Rio de Janeiro, FioCruz, Universidade Estadual do Maranhão, entre outras instituições de pesquisa.

Em meio à pandemia da Covid-9, tendo as atividades presenciais canceladas, optou-se pelo uso de plataformas digitais e o uso de atividades “ao vivo”, utilizando-se o formato on-line para as formações. As *lives* promovidas pela Unegro/Caxias iniciaram no dia 21 de abril de 2020 pela rede social Instagram e depois migraram para a plataforma *Youtube*. Foram ao todo quarenta e uma *lives* nas duas plataformas. No *Youtube*, a mais visualizada, acessada por 508 pessoas, foi realizada no dia 25 de julho de 2020, e o conteúdo era relativo ao Julho das Pretas, evento realizado pelos movimentos de mulheres negras, em alusão ao Dia de Tereza de Benguela e ao Dia

da Mulher Negra, latino-americana e Caribenha. Destaca-se também a *live* que discutiu sobre o tema Educação e Ancestralidade, com 265 visualizações, além da realização de formações utilizando o *google meet* e aquelas que ocorreram na modalidade presencial.

Em meio ao processo de formação, os temas mais discutidos foram o feminicídio, a organização dos quilombos, a saúde da população negra e a cultura negra. Os conteúdos que mais tiveram aceitação do público com retornos positivos, estavam relacionados à situação das mulheres negras e as formas de organização que se processaram ao longo do tempo, desde os quilombos, até as formas de agrupamentos de periferia.

A Entidade tem contribuído para a realização de processos educacionais voltados para a educação das relações étnico-raciais, dialogando com a legislação brasileira no que se refere a conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana. Essas formações estão disponíveis, por meio digital, para acesso à toda comunidade. A UNEGRO/Caxias utiliza o princípio do quilombamento no sentido dado por Beatriz Nascimento (2021, p. 248), quando ela chama a atenção para a simbologia do Quilombo. No geral, os professores/as e pesquisadores/as que participam como palestrantes nesses eventos o fazem sem cobrança pelo serviço, o que indica a consolidação de uma rede de contato que foge ao território maranhense e alcança pessoas do Norte, Sul e Sudeste, por exemplo.

As ações da UNEGRO/Caxias convergem para o cumprimento das indicações do Parecer CNE/CP003/2004, no que tange à necessidade de que a comunidade negra conheça a sua própria história e cultura, contribuindo para a desconstrução do mito da democracia racial e do enfrentamento ao racismo. Ao abordar temáticas relacionadas à história e a cultura da África e da afro-brasilidade, valoriza-se a diversidade, combate-se a discriminação e o preconceito, afinal, "Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola" (CNE, 2004, p. 06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história do povo negro brasileiro, buscando analisar como uma pirâmide de opressões foi criada e propagada ao longo dos últimos 500 anos de africanidades no Brasil, entende-se como o racismo estrutural buscou e busca apagar de forma sistematizada todo um arcabouço cultural que, mesmo tendo sido estigmatizado como errado ou algo ruim, muitas vezes silenciado pela violência, resistiu e se mostra mais vivo do que nunca.

Ao completar 20 anos de criação, a lei n. 10.639, mesmo sendo considerada por diversos atores do movimento negro brasileiro como marco legal na luta antirracista, ainda não foi implementada de forma efetiva, tendo em vista a resistência em se apagar ou desconstruir dentro do currículo de ensino das escolas públicas e particulares a “Historia Universal”, contada unilateralmente pelo colonialismo europeu, que traz consigo toda violência e opressão da escravização e um povo guerreiro, traficada do continente africano.

A formação docente é outro fator que deve ser considerado quando se propõe uma educação antirracista e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira. O questionamento que fica é: que tipo de profissional está sendo formado nas academias? É preciso que as instituições que formam os profissionais da educação evidenciem esforços em colocar em prática ações que considerem as demandas da população negra, assim como inserir em seus currículos tanto a história quanto a cultura afro-brasileira, africana e indígena, mas também que valorize pensadores negros, negras e de povos tradicionais. Ora, quando se fala em educação antirracista, um dos primeiros conceitos a ser levado em consideração é, sem dúvidas, o de letramento racial. Como transformar valores em uma sociedade racista sem levar conhecimentos a essa sociedade? O movimento negro tem apontado caminhos para isso: a criação de espaços muito mais democráticos e solidários que investem em potencialização dos seus.

Corpos negros e indígenas, condicionados a lugares e funcionalidades dados pela supremacia branca, muitas vezes são

negados como seres integrais, pensantes e espirituais, reduzidos a existências que primam pela realização e manutenção dos objetivos coloniais. E para determinar a perpetuação desse ideal de mundo, utilizou-se como estratégia o domínio sobre o saber e os processos de aprendizagens, excluindo a criatividade e as possibilidades de produzirem e acessarem conhecimentos.

Dessa forma, ao se pensar em epistemologias de uma educação antirracista, não se pode dissociar a necessidade da construção e da insurgência intelectual da academia brasileira, deixando de lado apenas o conhecimento eurocêntrico produzido e pensado no epistemicídio intelectual negro. A rua, o Movimento, o terreiro e a escola de samba também produzem educação. O trabalho educador desenvolvido pela Unegro/Caxias, se encontra, portanto em conformidade com o Parecer 03/2004, quando este relaciona as ações educativas de enfrentamento às diversas manifestações do racismo e de discriminações, tendo como princípio a participação efetiva do Movimento Negro nos espaços educacionais.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> Acesso em: 06 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 06 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 06 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 06 de set. de 2023.

BRASIL. MEC. CNE. **Parecer n.º CNE/CP 003**. Brasília, 2004b.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2023.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista latino americana de Ciências Sociais**, Niñez y Juventud. v. 8, n. 1, jan./jun. 2010, p. 607-630.

Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 de set. de 2023.

CARNEIRO, Sueli. Apresentação: o ser e o outro. In CARNEIRO, Sueli.

Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, 2023. p. 13-23.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**:

repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CNJ. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Novos dados do sistema prisional reforçam políticas judiciárias do CNJ. **Agência CNJ de Notícias, 2021**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/novos-dados-do-sistema-prisional-reforcam-politicas-judiciarias-do-cnj/#> Acesso em: 08 de set. de 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: https://www.geledes.org.br/petronio-domingues-movimento-negro-brasileiroalguns-apontamentos-historicos/?gclid=CjwKCAjwgZCoBhBnEiwAz35RwvRXLBgp4tIBM5iBkSx-NJMPBpk_HdC3D5dqMZ8DinYKXhAUTSYhABoCNmwQAvD_BwE. Acesso em: 30 de ag. de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/> Acesso em: 02 de set. de 2023.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A violência contra pessoas negras no Brasil**. 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2022/ Acesso em: 25 de ag. de 2023.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Estudantes negros foram os mais afetados pela por abandono escolar durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-noticia/abandono-escolar-durante-pandemia/#:~:text=Os%20resultados%20indicam%20que%20o,40%2C6%25%20s%C3%A3o%20negros>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaz; TORRES, Maldonado-Costa, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas** - Informação Demográfica e socioeconômica, n. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 10 de ag. de 2023.

IBGE. Agência de Notícias. **Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

MENEGON, Valdenia Guimarães e Silva; ALVES, Lígia Emanuela Costa. **Violência às escolas no Brasil**: desafios para toda a sociedade. Instituto Valdenia Menegon, 2023 Disponível em: <https://institutovaldeniamenegon.com/violencia-as-escolas-no-brasil-desafios-para-toda-a-sociedade/>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**. Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PNAD. AGÊNCIA IBGE. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> Acesso em: 25 de ag. de 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, set. de 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf Acesso em: 13 de ag. de 2023.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**. [s. l.], v. 17, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19374> Acesso em: 08 de set. de 2023.

UNEGRO/Caxias. **Estatuto Social**. Caxias/MA, 2020.

Recebido em: *Maio/ 2023*.

Aprovado em: *Julho/ 2023*.